

Diretor: Delmiro Carreira

Diretores Adjuntos: Carlos Marques, Helena Carvalho, Mário Mourão, Rui Santos Alves e Tomaz Braz



Ao fim de 35 anos de carreira,  
Allianz dispensou-o

“O apoio do sindicato  
foi fundamental”

10

Contratação coletiva:  
Banca num impasse,  
Seguros em várias  
mesas negociais



16

Cartão eletrónico europeu  
chumbado com  
apoio sindical







## Ficha Técnica

### Propriedade:

Federação do Setor Financeiro  
NIF 508618029

Correio eletrónico: revista.febase@gmail.com

### Diretor:

Delmiro Carreira – SBSI

### Diretores Adjuntos:

Carlos Marques – STAS  
Helena Carvalheiro – SBC  
Mário Mourão – SBN  
Rui Santos Alves – SBSI  
Tomaz Braz – SISEP

### Conselho Editorial:

Eduardo Alves – SBC  
Firmínio Marques – SBN  
João Ferreira – SBSI  
Jorge Cordeiro – SISEP  
Patrícia Caixinha – STAS

### Editor:

Elsa Andrade

### Redação e Produção:

Rua de S. José, 131  
1169-046 Lisboa  
Tels.: 213 216 090/062  
Fax: 213 216 180

### Revisão:

António Costa

### Grafismo:

Ricardo Nogueira

### Execução Gráfica:

Xis e Ére, Lda.  
xer@netcabo.pt  
Rua José Afonso, 1 – 2.º Dto.  
2810-237 Laranjeiro

**Tiragem:** 58.375 exemplares (sendo  
5.375 enviados por correio eletrónico)

**Periodicidade:** Mensal

**Depósito legal:** 307762/10

**Registado na ERC:** 125 852

A publicidade publicada e/ou inserta  
na Revista Febase é da total  
responsabilidade dos anunciantes

20 SISEP – Profissionais de Seguros

21 SBSI – Bancários do Sul e Ilhas

24 SBC – Bancários do Centro

26 SBN – Bancários do Norte

28 STAS – Actividade Seguradora

### Dossiê

Orçamento da União e Portugal: Política de coesão obrigatória 4

### Solidariedade | Sindical

STAS e SISEP unidos: Formação para jovens vulneráveis 8

### CONTRATAÇÃO | Seguros

Grupo AGEAS tem novo ACT 9

### CONTRATAÇÃO | Banca

Negociação da tabela salarial num impasse 10

### SINDICAL

Febase solicita reunião de urgência ao Novo Banco 11

Negociação coletiva: a vez dos reformados 12

Novo sindicato aquece debate 13

Forma Febase: Comunicação marcou arranque 14

### UNI | Europa

Cartão eletrónico europeu rejeitado 16

Apelo ao chumbo 17

### QUESTÕES | Jurídicas

Novas regras na transmissão de empresa ou estabelecimento 18



Delmiro Carreira

## Para que serve um sindicato de âmbito nacional nascido da fusão dos que integram a Febase?

**A**inda que não muito conhecido, a verdade é que os trabalhadores bancários já tiveram uma organização de classe que abrangia todo o País.

Era o Sindicato dos Empregados Bancários de Portugal e estávamos em 1932, de que reproduzimos aqui o cabeçalho do seu boletim n.º 4, de agosto daquele ano. O regime corporativo de Salazar haveria de lhe ditar o fim.

Agora, 86 anos depois, que se discute um novo sindicato resultante dos que integram a Febase, parece-nos importante deixar algumas respostas a perguntas que pertinentemente são formuladas por sócios das organizações envolvidas. Em próximos números, em função dos desenvolvimentos que o projeto conhecer, voltaremos com mais questões.



**O novo Sindicato terá mais capacidade de resposta e capacidade reivindicativa no setor bancário e no de seguros do que os sindicatos que atualmente integram a Febase?**

É comum dizer-se que a união faz a força. A constituição da Febase visou precisamente a criação de condições para uma política reivindicativa mais eficaz, sendo correto afirmar-se que nem sempre o terá conseguido. Para tal contribuiu, não esquecendo algumas dificuldades dos dirigentes em trabalhar em equipa, seguramente, a circunstância de a grande maioria dos anos que tem de existência terem decorrido sob o signo da maior crise que afetou o setor financeiro e da qual ainda não nos livrámos.

O passo que se pretende dar tem como objetivo ultrapassar essas dificuldades, eliminando estruturas intermédias como são hoje os Sindicatos, conferindo maior eficácia e rapidez na ação.

Quando se assiste a uma devastadora perda de postos de trabalho, que ainda não terminou, temos de ser audazes para construir um futuro sindical mais aberto às novas conceções da sociedade.

**Os sócios das áreas norte, centro e sul terão serviços do novo sindicato no Porto, Coimbra e Lisboa?**

O Sindicato terá delegações regionais nessas três cidades, onde funcionarão serviços de âmbito regional a par de outros de âmbito nacional. Por exemplo, em cada uma das delegações existirá apoio jurídico aos sócios, pois não é concebível que um associado que queira colocar questões ou solicitar apoio tivesse de se deslocar à sede.

**O que vai acontecer aos centros clínicos existentes em Coimbra, no Porto e em Lisboa, bem como ao Hospital e Lar de Idosos do SBSI?**

As unidades prestadoras de serviços clínicos não são transferíveis de uma zona do País para outra. Manter-se-ão, assim, em pleno funcionamento, sem prejuízo da adoção por todas das melhores práticas existentes em cada uma delas. As lojas de ótica existentes naquelas cidades são um bom exemplo das sinergias que um novo sindicato pode proporcionar aos associados, através de uma política de aquisições em comum que tornará os preços de venda mais favoráveis.

**Os sócios dos atuais sindicatos dos seguros passarão também a ser beneficiários titulares do SAMS, com direito aos mesmos descontos dos bancários?**

Os descontos ou comparticipações que são atribuídas aos sócios, e respetivos familiares, dos atuais sindicatos da banca têm subjacente o pagamento de contribuições por parte das instituições de crédito, bem como dos seus trabalhadores, em cumprimento do clausulado sobre assistência médica constante das convenções coletivas outorgadas pela Febase ou pelos Sindicatos.

Portanto, os associados da área dos seguros só poderão ter as mesmas vantagens que os colegas da banca quando for possível negociar com as seguradoras clausulado idêntico.

Poderão, porém, utilizar os serviços clínicos do novo sindicato beneficiando de preços mais favoráveis que os praticados no setor privado.



Orçamento da União e Portugal

## Política de coesão obrigatória

O próximo quadro financeiro plurianual pós-2020 e os seus impactos económicos motivou o debate. A importância da política de coesão para Portugal foi o denominador comum a eurodeputados e conselheiros do CES, que teceram muitas críticas ao que está a ser desenhado

Textos | Pedro Gabriel

O Centro Cultural de Belém acolheu a conferência “O Futuro da UE: Orçamento da União e Portugal” no dia 9 de fevereiro, que contou com uma mesa redonda para debater os impactos económicos do próximo orçamento pós-2020. A Febase publica a segunda parte deste dossiê, com a opinião dos intervenientes, focada essencialmente na política de coesão e na sua importância para Portugal.

Além de vários atores políticos nacionais e internacionais, este debate de extrema importância para o futuro da União Europeia (UE) juntou ainda José Manuel Fernandes, Pedro Silva Pereira e Marisa Matias, membros do Parlamento Europeu, bem como os conselheiros do Conselho Económico e Social (CES), José Silva Peneda e Ricardo Paes Mamede.

O tema “Orçamento da União para o pós-2020: que impactos económicos para Portugal?” contou com a moderação de Nicolau Santos.

### DURAÇÃO

José Manuel Fernandes explicou que o próximo quadro financeiro plurianual terá a duração de sete anos. “Há Estados-membros que queriam os cinco anos, mas é impossível. Se o Parlamento Europeu e a Comissão Europeia tomassem hoje posse e comesçassem a desenhar o quadro financeiro plurianual, a negociação demorava sempre dois ou três anos”.

Para o coordenador do Grupo PPE na Comissão Europeia, uma duração de cinco anos mata a política de coesão, essencial para o País. “Para Portugal representa 22 mil milhões de



**José Manuel Fernandes:** Para Portugal [a política de coesão] representa 22 mil milhões de euros no período 2014-20





**Pedro Silva Pereira:** Quando perguntado [a Juncker] sobre cortes de 5 a 10% na política de coesão – uma coisa que nos deve preocupar – não disse nada

euros no período 2014-20. O quadro financeiro plurianual 2014-20, na prática, vai até 2023 no que respeita à política de coesão.”

### PAC

O membro do Parlamento Europeu também abordou a Política Agrícola Comum (PAC), defendendo a manutenção de dois pilares fundamentais: ajudas diretas aos agricultores e o desenvolvimento rural.

“Queremos que se mantenha uma rubrica própria para a agricultura e para o desenvolvimento rural. Garantimos para Portugal mais de 30 mil milhões de euros de 2014 a 2020. O objetivo é, no mínimo, manter o mesmo envelope financeiro”, adiantou.

José Manuel Fernandes acredita que o futuro passa também por aumentar o financiamento às pequenas e médias empresas (PME), de 80 mil milhões para 120 mil milhões de euros.

### CONTRIBUIÇÕES

O coordenador deixou, no entanto, um alerta. “Atenção aos instrumentos financeiros e à instituição financeira de desenvolvimento. Os Estados-membros que tiverem instituições financeiras de desenvolvimento com experiência e com músculo vão ser mais competitivos. O plano Juncker permite dar garantia à instituição financeira de desenvolvimento que ela própria pode gerir e aprovar projetos. Isso seria importante para Portugal.”

Quando questionado sobre a resistência de alguns países no aumento de contribuições, foi perentório: “A Alemanha tem estado sempre disponível para contribuições adicionais. Tem sido sempre a França a mais relutante. Suécia, Finlândia, Holanda e Áustria também vão ser os mais difíceis de convencer”.

### OTIMISMO CÉTICO

Já Pedro Silva Pereira é da opinião que o ponto de partida para este debate deve ser feito sem particular otimismo e com vigilância apertada.

“É verdade que vemos alguns sinais animadores quando olhamos para a Alemanha, onde desenha-se uma potencial solução governativa com forte empenhamento europeu, ou quando vemos no presidente Macron um voluntarismo europeísta. Mas basta ter atenção aos detalhes do debate

europeu para percebermos que as razões são mais de vigi-  
lância do que otimismo”, disse.

O eurodeputado recordou algumas contradições que ajudam a explicar a sua preocupação. “Jean-Claude Juncker reconheceu ser preciso reduzir os números da política de coesão, mas não atentar contra ela. Aqui está o problema. Sabemos que este exercício é realizado em condições muito difíceis derivado ao Brexit e ao contexto de novos desafios e riscos, como a migração e a segurança. O esforço financeiro para cobrir estes pontos precisa de ser alcançado com 50% de contribuições adicionais. Então onde está o esforço adicional que a UE precisa de fazer para promover a convergência e a coesão?”, questionou.

### COESÃO

O membro da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários deixou críticas ao presidente da Comissão Europeia. “Quando perguntado sobre cortes de 5 a 10% na política de coesão – uma coisa que nos deve preocupar – não disse nada. Queria chamar a atenção para isto porque me parece que é a questão estratégica mais importante para o projeto europeu, mas também para os países beneficiários da coesão como é o caso de Portugal”.

### POLÍTICA

Parte das preocupações demonstradas por José Manuel Fernandes e Pedro Silva Pereira são também partilhadas por Marisa Matias, nomeadamente no trabalho que está a ser feito pelo Parlamento Europeu em relação à política de coesão.

“Os documentos que conhecemos até agora têm algumas blindagens que são necessárias em termos de política de coesão, de PAC, dos pagamentos diretos”, considerou.



**Marisa Matias:** As desigualdades agravaram-se e não estamos numa fase de convergência, ainda estamos numa fase de divergência

Marisa Matias, membro do Parlamento Europeu e da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários, referiu que, neste momento, discute-se montantes e não a natureza política, “que é uma questão fundamental: que tipo de política europeia estamos a inscrever nesse orçamento”.

Para Marisa Matias, a questão da coesão é uma preocupação grande devido ao cenário de desequilíbrios macroeconómicos.

“As desigualdades agravaram-se e não estamos numa fase de convergência, ainda estamos numa fase de divergência.” ▶

## ► REDISTRIBUIR

“Há uma relação direta entre os excedentes e os défices”. Marisa Matias acredita que uma das funções do orçamento devia ser permitir a redistribuição dos países excedentários para os países deficitários.

A concluir, a eurodeputada explicou que “enquanto não se fizer uma discussão séria de acabar com regimes fiscais e dos regimes jurídicos privilegiados no espaço na UE, será muito difícil ganhar alguma coisa de significativo”.

## CONTRADIÇÕES

José Silva Peneda começou a sua intervenção referindo que o próximo orçamento será “particularmente difícil de fazer”, deixando igualmente algumas críticas a Jean-Claude Juncker e Günther Oettinger, por não alinharem no mesmo discurso.

“As declarações do presidente Juncker contradizem o que diz o Comissário dentro da própria Comissão. Uma Comissão que se queria com objetivos claros não está presente, está ausente”, explicou.

## IDENTIDADE

O conselheiro do CES confessa que vê a política de coesão de uma forma profunda. “Não temos uma identidade europeia que nos dê o sentimento de pertença, de pertencer a qualquer coisa. O instrumento financeiro que foi mais forte em colocar esse sentimento de pertença foi a política de coesão. É o cimento que pode unir e criar alguma identidade em termos europeus”, frisou.

## MITOS

Igualmente para Ricardo Paes Mamede, a política de coesão é um dos pontos mais importantes no debate sobre o próximo orçamento, sendo um sinal importante a dar pelas lideranças europeias para o conjunto da Europa.

“Há uma ideia de um certo preconceito de minoridade de que os fundos estruturais são uma benesse que nos dão e a segunda é que os fundos estruturais são muito mal utilizados em Portugal. Um passo fundamental para que a sociedade portuguesa perceba o que está a ser discutido neste momento na UE é terminarmos com estes dois mitos”.



**José Silva Peneda:** Não temos uma identidade europeia que nos dê o sentimento de pertença. O instrumento financeiro que foi mais forte em colocar esse sentimento de pertença foi a política de coesão



**Ricardo Paes Mamede:** Temos fundos estruturais numa perspetiva de redução e, ao mesmo tempo, pressões orçamentais para que o OE seja ainda mais contraído. Isto não é admissível

## CONCENTRAÇÃO

Ricardo Paes Mamede desmontou então o primeiro. “A criação de um mercado interno a nível continental traz oportunidades para as regiões, mas também muitos riscos e acarreta tendências de concentração, de agregação das atividades económicas”, disse, acrescentando:

“O papel da política de coesão foi, desde o início, contrariar as forças de concentração do poder e não pode ser vista como uma benesse que é dada aos países mais pobres por fazerem parte de um clube de ricos. Tem de ser vista como uma necessidade do território europeu desenvolver-se de forma minimamente harmoniosa.”

## INVESTIMENTO

Para o conselheiro do CES, 25 anos de fundos estruturais não foram suficientes mas tal não significa que tenham sido mal geridos. “Temos sempre a imagem da má utilização do Fundo Social Europeu nos anos 90, de muitas autoestradas. Muitas nem sequer foram financiadas por fundos estruturais. Não há área mais escrutinada que a dos fundos europeus. É graças a eles que temos infraestruturas, escolas, universidades, alguns instrumentos de saúde fundamentais, mas também empresas sofisticadas, políticas e sistemas de inovação”, lembrou.

Ricardo Paes Mamede é da opinião que transformar uma economia analfabeta demora décadas e é um esforço continuado, desmontando o segundo mito: “O que acontece atualmente é que os fundos estruturais em Portugal cada vez fazem menos, não porque são mal geridos, mas porque têm de colmatar insuficiências do orçamento”.

## DESENVOLVIMENTO

O economista explicou que a tendência é para que, em termos reais, gaste-se menos 10% em educação e em saúde do que há uns anos.

“Por um lado, temos fundos estruturais numa perspetiva de redução e, ao mesmo tempo, pressões orçamentais para que o OE seja ainda mais contraído. Isto não é admissível. Agrade-me muito ouvir um comissário europeu dizer que temos de ter flexibilidade. Então vamos criar flexibilidade orçamental para que o País possa desenvolver-se”, concluiu. ►



# 1º MAIO

## FESTA DOS TRABALHADORES

COESÃO  
SOLIDARIEDADE  
EMPREGO DIGNO  
CONCERTAÇÃO SOCIAL  
FORTALECER O INTERIOR  
SALÁRIO MÍNIMO  
AUMENTOS SALARIAIS  
MAIS E MELHOR EUROPA  
PENSÕES DIGNAS  
MAIS JUSTIÇA  
MAIS DIÁLOGO SOCIAL



UNIÃO GERAL DE TRABALHADORES  
FIGUEIRO DOS VINHOS







Formandos e parceiros nas instalações do El Corte Inglés, onde decorreu a iniciativa

# Formação para jovens vulneráveis

Os Sindicatos de Seguros da Febase participam num projeto de responsabilidade social, cujo objetivo é a promoção do emprego e das condições de trabalho

Texto | Patrícia Caixinha\*

Os Sindicatos de Seguros da Febase (STAS E SISEP) uniram-se numa ação de responsabilidade e de solidariedade social, que decorreu nos dias 8 e 9 de março.

Através de um protocolo efetuado com a Junta de Freguesia de Benfica e com El Corte Inglés, Grandes Armazéns SA, desenvolveu-se uma ação de formação para candidatos jovens, oriundos de públicos particularmente vulneráveis, com baixas qualificações e desempregados, residentes na Freguesia de Benfica.

O objetivo desta iniciativa é promover o emprego e as condições de trabalho, fomentando a inclusão, informação e qualificação, quer escolar quer profissional.

Através da promoção da responsabilidade social e da articulação de todos os parceiros envolvidos, este projeto visa, principalmente, a criação de postos de trabalho, de acordo com o desempenho e resultados dos participantes obtidos durante o período de formação em contexto de trabalho, que terá uma duração de dois meses.

Foram seis os jovens que integraram este projeto e que, de forma muito interessada, nos receberam de braços abertos para dois dias de experiências, vivências e aprendizagens.

## DESENVOLVER COMPETÊNCIAS

A intervenção sindical nesta iniciativa pretendeu, acima de tudo, conferir ferramentas para que estes jovens possam desenvolver todo o seu potencial, capacidades e competên-

cias, (softskills) no mercado de trabalho em geral, e no seu local de trabalho em particular.

O tema abordado foi a comunicação interpessoal e assertividade, incidindo na forma como a comunicação individual pode influenciar a nossa relação no trabalho, e de que forma podemos potenciar a nossa comunicação para uma relação mais eficaz e produtiva.

Através de exercícios práticos, estes seis jovens aprenderam o que é a comunicação, como comunicam e como podem melhorar a forma como se relacionam consigo e com os outros. Neste caso específico, toda a informação ministrada foi adaptada à sua realidade, nomeadamente como comunicar com clientes, com colegas de trabalho e com chefias.

Foram abordados aspetos importantes da nossa postura corporal e como o nosso corpo emite uma linguagem corporal, que também fala (e bem alto), e ainda a relação entre comunicação e emoções e como o nosso estado emocional influencia a forma como comunicamos.

Aspetos como a motivação, a autoconfiança, o espírito de equipa estiveram também presentes nestes dois dias.

## EXPERIÊNCIA GRATIFICANTE

Para o STAS e para o SISEP foi sem dúvida uma experiência enriquecedora para aquela que é a sua missão de vida e, acima de tudo, muito gratificante por terem a oportunidade de contribuir para que estes jovens consigam, cada um à sua maneira, ultrapassar o estigma de serem de bairros vulneráveis, excluídos socialmente, e conseguirem uma oportunidade de entrar no mercado de trabalho e a possibilidade de mostrar à sociedade que são mais do que o "bairro" porque não é este que define as pessoas que são. ■

\*Vogal do STAS

OS PARCEIROS





# Grupo AGEAS tem novo ACT

A nova convenção coletiva do Grupo AGEAS foi celebrada no final de março e inclui todos os trabalhadores, inclusive os da Ocidental. Começam agora negociações com as Seguradoras Unidas e com a Zurich, enquanto o processo para a mediação e corretagem prossegue

Texto | Patrícia Caixinha

O novo modelo de negociação, que passa a ser feito diretamente entre sindicatos e empresas, é uma realidade que a pouco e pouco vai ganhando espaço no setor segurador.

A negociação de Instrumentos de Regulamentação Coletiva específicos para cada companhia de seguros e/ou grupo de empresas está a avançar a passos largos.

No mês de junho do ano transato, os Sindicatos de seguros da Febase – STAS e SISEP – assinaram com o Grupo AGEAS um novo Acordo Coletivo de Trabalho, que substituiu a regulamentação coletiva anterior.

Porém, os trabalhadores da Ocidental Seguros S.A., Ocidental Seguros de Vida S.A. e MÉDIS continuaram abrangidos pelo ACT de 2016.

Ponderada esta situação, e com o objetivo de se uniformizar a contratação coletiva para que todos os trabalhadores do Grupo AGEAS e das Companhias de Seguros Ocidental (onde se inclui a Ocidental SGFP) foi decidido que todos ficariam contemplados pelo mesmo IRCT – Instrumento de Regulamentação Coletiva de Trabalho.

Deste modo, no dia 21 de março foram revogados o Acordo Coletivo de 2016 pelo Grupo Ocidental e ACT celebrado com as empresas do Grupo AGEAS, sendo celebrado um novo Acordo Coletivo de Trabalho que se aplicará a todos os trabalhadores do Grupo AGEAS, o qual teve como base o ACT que vigora desde o ano de 2016.

O texto integral será colocado à disposição nos sites dos Sindicatos, logo que seja publicado no Boletim de Trabalho e Emprego.

Para mais informações contacte o seu Sindicato.

## NEGOCIAÇÕES COM ZURICH E SEGURADORAS UNIDAS

Os Sindicatos da Febase encontram-se, também, a negociar com o Grupo Fidelidade, desde outubro do ano passado.

Neste panorama negocial, também no dia 13 de março deu-se início ao processo negocial com a Zurich e a Zurich Vida, com a assinatura do protocolo negocial com vista à celebração de um novo IRCT, que se pretende vigore a partir de 1 de janeiro de 2019. Nesta primeira reunião, definiu-se a



estratégia negocial entre as partes e a sequência das matérias de clausulado geral a negociar. A próxima reunião está agendada para o dia 20 de abril.

Na corrida das negociações vão entrar agora as Seguradoras Unidas, cujo protocolo negocial foi subscrito a 21 de março, dando assim início ao processo negocial para um Acordo de Empresa que se pretende entre em vigor a 1 de janeiro de 2019.

No âmbito destas negociações foi aceite pelos Sindicatos da Febase a participação da Comissão de Trabalhadores nas reuniões de negociação, com o estatuto de observadora, considerando tratar-se de uma mais-valia, pelo conhecimento e compreensão das especificidades do contexto e relação laborais no seio das empresas do grupo que esta estrutura representativa dos trabalhadores detém.

## MEDIAÇÃO E CORRETAGEM: PROCESSO NEGOCIAL CONTINUA

As negociações no setor da mediação e corretagem continuam. O calendário de reuniões e a discussão das matérias estão a decorrer normalmente.

Na última sessão, no dia 6 de março, conseguiu-se chegar a consenso em vinte e cinco cláusulas e um anexo, o que revela um grande esforço e o empenho de todas as partes envolvidas em chegar rapidamente a um novo CCT, atualizado à realidade do setor. ■

# Negociação da tabela salarial num impasse



Na segunda reunião de revisão salarial, as IC mantiveram-se inflexíveis na sua proposta de 0,4% de aumento. A Febase anunciou a sua disposição de recorrer a outras ações se a intransigência continuar

Texto | Inês F. Neto

A segunda sessão de revisão das tabelas salariais e cláusulas de expressão pecuniária decorreu dia 20 de março, saldando-se num impasse face à posição do Grupo Negociador das Instituições de Crédito subscritoras do ACT do Setor Bancário (GNIC), inflexível na sua proposta de 0,4% de aumento.

Considerando aquele valor inaceitável, o Grupo Negociador da Febase contra-argumentou com o facto de que em vários setores de atividade em Portugal os aumentos negociados até ao momento foram significativamente superiores ao proposto aos bancários. Outro exemplo, frisou, é a banca espanhola, o maior acionista da banca nacional.

## PAZ SOCIAL EM RISCO

Perante a intransigência das instituições de crédito, a Febase reafirmou que se tal postura se mantiver encerrará o processo negocial e avançará para outros patamares.

E não deixou de lembrar ao GNIC as dificuldades que a situação acarretaria para a paz social que tem imperado no setor.

No final, o GNIC comprometeu-se a reanalisar a sua proposta inicial, com vista à obtenção de um entendimento entre as partes.

Neste momento, a Febase não exclui qualquer tipo de ação legal para a prossecução dos seus objetivos.

A próxima reunião de negociações está agendada para 17 de abril.

Como habitual, os Sindicatos da Febase manterão os associados informados sobre o desenrolar do processo. ▀



# Febase solicita reunião de urgência ao Novo Banco

O anúncio público de encerramento de mais balcões e da saída de mais trabalhadores, sem aviso prévio aos Sindicatos, levou a Febase a pedir uma reunião com caráter de urgência à administração do banco. A Federação acusa a instituição de violar a prática de diálogo e negociação

Texto | Inês F. Neto

Os Sindicatos que integram a Febase foram surpreendidos por notícias preocupantes, que dão conta da decisão do Novo Banco de encerrar mais 55 balcões e promover a saída de cerca de 400 trabalhadores.

Em carta dirigida a António Ramalho, a Federação estranha que “uma decisão com contornos e consequências tão drásticas e perniciosas para os trabalhadores não tenha sido precedida de contactos ou reuniões com a Febase ou qualquer dos seus Sindicatos”.

## DESCONSIDERAÇÃO

A Federação lembra ao presidente do conselho de administração que a Febase e os seus Sindicatos “sempre privilegiaram o diálogo e a negociação coletiva”, evidenciada na sua prática efetiva e não em meras alusões de princípios ou retóricas.

E considera que, neste caso, “o Novo Banco violou ou interrompeu essa prática de diálogo e negociação com a decisão e a divulgação pública” daquelas medidas drásticas, “ignorando e desconsiderando a Febase e os seus Sindicatos”.

A Febase manifesta ainda surpresa e repúdio pelo sucedido e reafirma a sua firmeza na defesa dos interesses dos trabalhadores representados pelos seus Sindicatos.

Reiterando a sua disponibilidade para manter convictamente a prática de diálogo e negociação efetivas, a Febase solicita a António Ramalho o agendamento de uma reunião com caráter de urgência para debater a situação laboral no banco. ▀





# Negociação coletiva: a vez dos reformados

Banca e seguros estão envolvidos em diversos processos negociais. O apoio dos reformados nas ações a desencadear foi abordado na sessão de abril do Secretariado

Textos | Inês F. Neto

A negociação salarial na banca decorre em várias mesas, embora os resultados sejam poucos. A necessidade de envolver os reformados em eventuais ações foi defendida, já que o que está em causa também lhes diz respeito e a sua flexibilidade é maior, pois não estão sujeitos às pressões laborais que podem recair sobre os trabalhadores no ativo.

Alguns membros do Secretariado lembraram que todos os anos há inúmeros telefonemas de reformados para os Sindicatos a saber como decorrem as negociações e se vai haver aumentos. Considerando que essa atitude demonstra o seu interesse no assunto, defenderam a sua chamada à ação. Afinal, os reformados das IC do ACT tiveram aumentos nas pensões em 2016 e 2017 tal como os ativos, fruto das negociações dos Sindicatos em prol de todos.

Também o apoio da UGT aos bancários foi referido, tendo Mário Mourão adiantado ter já debatido o tema com o secretário-geral da central.

## ACT

A intransigência das Instituições de Crédito (IC) subscritoras do ACT nas negociações da tabela e cláusulas de expressão pecuniária foi o primeiro caso a ser abordado.

Paulo Alexandre, coordenador do Pelouro da Contratação da Febase, fez o ponto de situação do processo negocial, esclarecendo que as IC estão irredutíveis na sua proposta de 0,4% de aumento. Uma percentagem inaceitável para os Sindicatos, frisou, adiantando que a posição da Febase transmitida à outra parte é que se não houver evolução cancelará as negociações e avançará com outras formas de ação (ver pág. 10).

Após algum debate, o Pelouro ficou de apresentar ao Secretariado uma proposta sobre ações a desenvolver.

## MONTEPIO E BCP

O Pelouro da Contratação adiantou que tanto o Montepio como o Millennium bcp ainda não responderam às propostas de aumento salarial da Febase. “Se não houver resposta teremos de recorrer ao Ministério do Trabalho”, especificou Paulo Alexandre.

A falta de resposta dos bancos mereceu o repúdio do Secretariado, que considerou essa posição uma falta de respeito pelos Sindicatos.

Foi ainda recordado que os trabalhadores e reformados do BCP estão há oito anos sem aumentos de salários e pensões, e tiveram três de cortes salariais. “Quando precisaram do apoio dos Sindicatos chamam-nos, mas agora nem nos



respondem. É uma falta de respeito. As ações que forem desencadeadas devem incluir o BCP”

## CGD

A CGD respondeu à proposta da Febase com um aumento de 0,35%, argumentando que os seus encargos com pessoal são superiores à restante banca e adianta não estar em condições de acompanhar os seus congéneres nesta matéria.

As negociações ainda não começaram, mas caso não haja evolução na proposta de aumento o recurso à conciliação está em aberto.

Também a polémica da não contagem da antiguidade para efeitos de promoções esteve em foco, tendo sido solicitado ao Secretariado que peça um parecer sobre a questão aos serviços jurídicos dos Sindicatos.

## DEUTSCHE BANK E OUTROS

Em debate esteve igualmente o caso do Deutsche Bank em Portugal, que foi adquirido pelo espanhol Abanca.

“Solicitámos uma reunião, para saber o que pretendem fazer relativamente aos trabalhadores”, referiu Paulo Alexandre.

O coordenador do Pelouro da Contratação adiantou ainda que as convenções subscritas pelo SBSI com a F&C, Gestão de Patrimónios e com o Sabadell foram já publicadas no BTE.

## DIVERSIDADE NOS SEGUROS

Recordando que desde 2015 o setor deixou de ser representado pela APS devido à sua mudança de estatuto e a ne-

gociação coletiva passou a ser conduzida por sindicatos e empresas – de que resultou o ACT de 2016 –, Carlos Marques adiantou verificar agora uma mudança de paradigma. “A negociação está a ser puxada para o interior das empresas”, referiu, explicando:

“Este ano algumas empresas manifestaram o seu interesse em negociar um AE ou ACT para o grupo, para entrarem em vigor em 2019.”

STAS e SISEP aceitaram o desafio e estão já a negociar algumas convenções. “Estamos a assegurar a negociação coletiva, de forma a evitar o vazio. É possível que outras empresas sigam este caminho”, acrescentou.

## MEDIAÇÃO E CORRETAGEM

Na mediação e corretagem, “o CCT é mais complicado”, disse Carlos Marques, acrescentando: “O processo esteve parado muito tempo e agora está a ter uma certa aceleração.”

No entanto, os Sindicatos estão a ser confrontados com pressões patronais para aceitarem a alteração do horário semanal. “Querem passar das 35 horas para as 40 horas, argumentado o horário atual não é possível ser aplicado em PME. Esta situação quase impediu as negociações”, explicou Carlos Marques.

O caso foi debatido com o secretário-geral da UGT, que se mostrou contra o aumento da carga horária. “À mesa de negociações, os Sindicatos estão a tentar impedir esse caminho, mas prevemos que o processo acabará na conciliação”, considerou, adiantando a dificuldade acrescida pelo risco de caducidade da convenção. ■

# Novo sindicato aquece debate



## Os passos ainda necessários até à consulta aos associados dos cinco Sindicatos da Febase ocuparam boa parte do debate

O projeto de estatutos da futura organização sindical do setor financeiro foi já aprovado pelas Direções do SBSI e do STAS, por unanimidade e por maioria, respetivamente.

No SBC e SBN, o documento será votado em próximas reuniões, tendo os presidentes das duas Direções adiantado acreditar que o resultado será favorável ao avanço do processo. O SISEP não esteve presente na reunião. Menos pacífico entre o Secretariado foi o debate sobre o caminho a percorrer até se colocar à apreciação dos associados a fusão dos cinco Sindicatos que integram a Febase numa só organização sindical.

SBSI e STAS defenderam a realização da consulta aos sócios ainda este ano, tendo por base os estatutos, pedra basilar do que será a futura organização.

Sem se comprometerem com prazos, SBC e SBN consideraram necessário ter algo mais substancial para apresentar aos sócios, como o projeto do que será o SAMS único, por exemplo.

A conveniência de se fazer uma auditoria económico-financeira aos Sindicatos antes ou após a decisão de fusão foi outro tema que gerou controvérsia.

Já a necessidade de avançar com o projeto e evitar-se mais perdas de tempo com questões irrelevantes mereceu a unanimidade do órgão.

Ficou decidido o agendamento de uma reunião entre os presidentes das Direções para deliberarem sobre a oportunidade da auditoria. ■

## 1.º MAIO É DA FEBASE

O Secretariado aprovou o projeto de layout do pavilhão da Febase no 1.º de Maio da UGT, em Figueiró dos Vinhos.

O órgão decidiu também que este ano todo o material e sinalética será apenas da Febase. Ou seja, não haverá bandeiras, pendões ou qualquer outro tipo de identificação dos Sindicatos.



Forma Febase

## Comunicação marcou arranque

A realização de um workshop sobre comunicação, destinado aos dirigentes sindicais, marcou o início oficial do novo projeto da Febase

A comunicação é uma peça importante para a Febase e para os seus Sindicatos. Chegar aos sócios e passar a mensagem foram os aspetos que motivaram os dirigentes sindicais dos cinco Sindicatos da Federação a participarem na primeira iniciativa do Forma Febase, realizada nos dias 13 e 14 de março, no Centro de Férias e Formação do SBSI, em Ferreira do Zêzere.

Durante os dois dias, os 22 dirigentes sindicais presentes abordaram o tema da comunicação através de exercícios de role play, de partilha de experiências, de jogos e dinâmicas sobre a forma como comunicam e como podem potenciar a sua comunicação.

### DIVERSIFICAÇÃO

Como comunicar em público e para o público; as diferenças entre comunicação interna e comunicação externa; entrevistas, conversas e confrontos em público; a comunicação nas redes sociais; a escrita informativa e criativa; a gestão do stress e das emoções e técnicas do controlo de ansiedade foram os conteúdos que animaram as sessões de trabalho.

O formador Pedro Mendonça, especialista na área de comunicação social, forneceu dicas para os dirigentes sindicais utilizarem no seu contacto escrito e presencial com os trabalhadores.

### MAIS FORMAÇÃO

A Federação considera a comunicação eficaz essencial e fundamental e a organização do Forma Febase tem por objetivo ajudar a fazer mais e melhor.

Durante este ano, estão agendadas mais duas ações sobre esta temática, também destinada a dirigentes e estruturas sindicais.

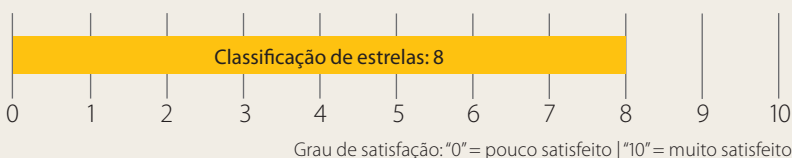
A equipa Forma Febase é composta por Patrícia Caixinha (STAS), Rute Almeida (SBSI), Nuno Carvalho (SBC), Margarida Cordeiro (SISEP) e Nuno Silva (SBN).

## RESULTADO POSITIVO

No final, os participantes partilharam a sua opinião sobre a formação e grau de satisfação, oferecendo críticas construtivas com o propósito de melhorar as próximas iniciativas. Eis alguns dos resultados:

Qual a sua opinião sobre a formação no geral?

Classificação de estrelas: 8







# CONCURSO FOTO FEBASE

Fotos apuradas no mês de março



"Fernão Capelo Gaivota"  
Carlos Santos



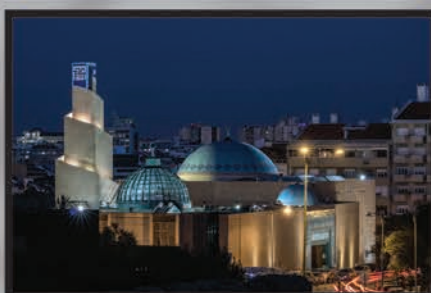
"Aeroporto 07"  
Carlos Santos



"Táxi"  
Helder Mendes



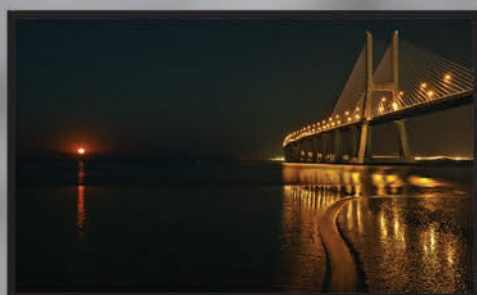
"Cogumelo laminado"  
José Antônio Guimarães



"By night"  
Orlando Veigas



"Gotas de água"  
José Veiga



"O surgir da Lua Cheia"  
Carlos Santos



"Uvas"  
Maria Salvador



"A Xávega" - Peixe à vista"  
José Pinto



"Olhar"  
Jorge Alves



"Amendoeiras em Flor"  
José Barreiro



"Cabo Raso"  
José Marques



Cartão eletrónico europeu rejeitado

## Vitória dos sindicatos na defesa dos direitos laborais

A proposta da Comissão Europeia para a criação de um cartão eletrónico europeu de serviços foi chumbada após votação no Comité do Mercado Interno. “Uma vitória para os direitos sociais”, dizem os sindicatos

A votação no Comité do Mercado Interno (IMCO) realizou-se no dia 21 de março. Em cima da mesa estava uma proposta de criação de um cartão eletrónico europeu de serviços, tendo a mesma sido rejeitada.

O secretário-geral e o secretário confederal da CES, juntamente com os presidentes das federações sindicais europeias EFFAT, ETF, industriAll, EPSU, EFBWW e UNI Europa, enviaram uma carta conjunta aos deputados do IMCO pedindo-lhes que rejeitassem a proposta. (ver caixa)

Como maior componente da economia da União Europeia (UE), o setor dos serviços, representado pela UNI Europa, apoia de forma unânime a liberdade de prestação de serviços em toda a UE, desde que haja concorrência leal, proteção laboral e um mercado único que funcione bem. No entanto, o cartão eletrónico de serviços proposto teria sido contraproducente para esses objetivos.



## AMEAÇA

Com o objetivo de tornar mais fácil a prestação transfronteiriça de serviços empresariais – em particular os setores de seguros, limpeza e construção – e de eliminar os encargos administrativos, o cartão eletrónico teria estabelecido o princípio do país de origem ao enfraquecer as ferramentas de controlo e fiscalização do país anfitrião.

De acordo com a proposta, o país anfitrião teria de aceitar a autorização dada pelo país de origem sem qualquer outra exigência e, além disso, num prazo muito curto. Apenas sob determinadas condições o país de origem poderia suspender ou revogar a autorização.

Em suma, o cartão eletrónico poderia levar a mais fraudes sociais transfronteiriças, como o falso trabalho por conta própria, o trabalho não declarado, a publicação falsa e o dumping social.

## DESVANTAGENS

Destinada a facilitar a prestação de serviços transfronteiriços através da eliminação dos encargos administrativos, a proposta da Comissão teria tido um efeito adverso.

O cartão eletrónico não aborda nenhuma das barreiras reais que as empresas enfrentam quando pretendem oferecer serviços noutro Estado-membro.

Pelo contrário, os Estados-membros teriam sido sobrecarregados com estruturas administrativas adicionais e a incerteza jurídica teria aumentado.

Para apoiar adequadamente as empresas que oferecem serviços transfronteiriços, a Comissão deve assegurar que as medidas existentes, como os pontos de contacto únicos, são aplicadas de forma correta.

## REAÇÕES

"A rejeição do cartão eletrónico no Comité da IMCO é um forte sinal para a Comissão Europeia de que as suas propostas economicamente liberais enfrentam uma forte oposição", afirmou Aileen Körfer, que lidera a Política de Serviços da UNI Europa.

"A proposta da Comissão, se adotada, teria sido um desastre para o quadro regulatório e social. Sob o pretexto de facilitar a prestação de serviços transfronteiriços, o cartão eletrónico teria preparado o caminho para o regresso do princípio do país de origem.

Teria facilitado a fraude social e estimularia a concorrência desleal entre empresas e Estados-membros", considerou.

"Ao invés de aumentar a coesão social na UE, o cartão eletrónico teria colocado pressão nos salários e nas condições de trabalho, tanto no país de origem como no país anfitrião dos prestadores de serviços", disse Oliver Röethig, secretário-geral da UNI Europa.

"A sua rejeição é uma vitória para a Europa social, ainda que pequena", frisou, acrescentando:

"Uma Comissão Europeia que se concentra na competitividade e na rentabilidade perde a sua verdadeira missão. O que realmente necessitamos são iniciativas concretas que façam com que a Europa e o mercado único funcionem para todos os trabalhadores e cidadãos", frisou. ▶



## Apelo ao chumbo

Luca Visentini e Thiebaut Weber, secretário-geral e secretário confederal da CES, respetivamente, juntamente com Oliver Röethig, secretário-geral da UNI Europa, e os presidentes de cinco federações sindicais europeias, enviaram uma carta conjunta aos membros do IMCO a apelar ao chumbo da proposta. Eis os principais pontos da missiva:

"O movimento sindical europeu não pretende impedir o bom funcionamento do mercado interno.

(...) Lutámos e vencemos esta batalha há mais de uma década. O princípio do país de origem foi retirado da diretiva dos serviços. Não aguentamos entrar novamente num debate divisório. A Europa não é tão forte como costumava ser.

O cartão eletrónico proposto parece suficientemente atrativo. Permitiria que as empresas ultrapassassem as formalidades administrativas com apenas um clique. Dizem-nos que podemos ter o nosso "bolo" e comê-lo porque, segundo a Comissão, as propostas não interferem com as medidas de controlo no Estado-membro anfitrião, nem com os direitos dos trabalhadores, nomeadamente em relação às diretivas relativas ao destacamento de trabalhadores.

Mas o bolo é venenoso. Uma vez que os padrões sociais variam tanto na UE, é ingénuo acreditar que um Estado-membro de origem possa garantir o respeito pelas regras de outro Estado-membro.

(...) Os proponentes do cartão eletrónico sublinham a sua natureza voluntária: um Estado-membro de acolhimento poderia, na teoria, rejeitar uma candidatura de um cartão eletrónico.

A CES não acredita nisso. Se, por uma questão de princípio, uma autoridade pública recusasse todos os pedidos de certos Estados-membros, se não todos, qual seria o valor acrescentado do cartão eletrónico?

(...) E temos a questão da validade indefinida, ou validade muito longa (24 meses renováveis sem limite), como proposto por alguns membros desta Câmara. O mercado está a mudar rapidamente. Como garantir que as informações fornecidas no primeiro dia continuam corretas?

A CES está extremamente preocupada com o timing de um debate tão destrutivo. As eleições europeias aproximam-se. O apoio dos trabalhadores ao mercado está a desgastar-se, então a Europa precisa provar que isso pode ser bom para eles.

A CES está ansiosa por trabalhar convosco no desenvolvimento de outra abordagem à livre circulação, uma abordagem baseada na melhor aplicação dos padrões sociais e na melhoria das condições de trabalho." ▶

# Novas regras na transmissão de empresa ou estabelecimento



O novo regime jurídico veio reforçar os direitos dos trabalhadores – e é a 13.<sup>a</sup> alteração ao Código do Trabalho

No passado dia 19.03.2018 foi publicada a Lei n.º 14/2018 que alterou o regime jurídico aplicável à transmissão de empresa ou estabelecimento e veio reforçar os direitos dos trabalhadores, procedendo à décima terceira alteração ao Código do Trabalho. Estas alterações entraram em vigor no dia seguinte à sua publicação, ou seja, a 20.03.2018.

Uma das principais alterações operadas prende-se com o conceito de transmissão de unidade económica. Com efeito, é desenvolvido o conceito de “unidade económica”, passando o mesmo a abarcar expressamente o conjunto de meios organizados que constitua uma unidade produtiva dotada de autonomia técnico-organizativa e que mantenha identidade própria, com o objetivo de exercer uma atividade económica, principal ou acessória.

Procedeu-se, também, ao alargamento para 2 anos da responsabilidade solidária do transmitente, passando este a responder solidariamente pelos créditos do trabalhador emergentes do contrato de trabalho, da sua violação ou cessação, bem como pelos encargos sociais correspondentes, vencidos até à data da transmissão, cessão ou reversão, durante os dois anos subsequentes a esta.

Também os procedimentos a cumprir por parte do transmitente e adquirente foram alterados, bem como se instituiu a possibilidade da DGERT, a pedido de qualquer dos intervenientes, participar na consulta aos trabalhadores.

## DIREITO DE OPOSIÇÃO\*\*

Relativamente aos direitos dos trabalhadores objeto de transmissão, destacam-se o direito de oposição à transmissão, bem como a possibilidade de resolução do contrato de trabalho com justa causa imputável ao empregador.

Com as alterações efetuadas, passa a prever-se expressamente o direito do trabalhador se opor a que o seu contrato de trabalho seja transmitido para o adquirente.

O trabalhador poderá exercer o direito de oposição sempre que a transmissão em causa possa causar-lhe prejuízo sério, nomeadamente por manifesta falta de solvabilidade ou situação financeira difícil do adquirente ou, ainda, se a política de organização do trabalho deste não lhe merecer confiança.

Para exercer o direito de oposição o trabalhador deve informar por escrito o seu empregador, no prazo de 5 dias úteis contados após: a) o termo do prazo para a designação da comissão representativa, se esta não tiver sido constituída; b) o acordo obtido em sede de consulta aos representantes dos trabalhadores; c) o termo da consulta dos representantes aos trabalhadores.

A oposição do trabalhador obsta à transmissão da posição de empregador no seu contrato de trabalho, mantendo-se o vínculo laboral ao transmitente.

Por fim, o trabalhador poderá resolver o contrato de trabalho com justa causa imputável ao empregador sempre que haja transmissão da posição de empregador do transmitente para o adquirente, quando considere que a transmissão possa causar-lhe um prejuízo sério, nomeadamente por manifesta falta de solvabilidade ou situação financeira difícil do adquirente ou, ainda, se a política de organização do trabalho deste não lhe merecer confiança.

A resolução do contrato de trabalho com este fundamento confere o direito a uma compensação correspondente a 12 dias de retribuição base e diuturnidades por ano de antiguidade, com o limite de 12 retribuições base mensais e diuturnidades ou 240 vezes o salário mínimo nacional.

## VIGÊNCIA DO IRCT

Estando os trabalhadores objeto de transmissão abrangidos por Instrumento de Regulamentação Coletiva de Trabalho (IRCT), os mesmos mantêm-se abrangidos pelo mesmo IRCT até ao fim de vigência deste último e por um prazo mínimo de 12 meses.

Findo este período, não sendo aplicável ao adquirente qualquer IRCT, mantêm-se os efeitos já produzidos nos contratos de trabalho pelo IRCT que vinculava o transmitente, relativamente às seguintes matérias: a) retribuição; b) categoria e respetiva definição; c) duração do tempo de trabalho; d) regimes de proteção social cujos benefícios sejam substitutivos dos assegurados pelo regime geral de Segurança Social ou com protocolo de substituição do Serviço Nacional de Saúde.

\*Advogado do SBN

\*\*Subtítulos da responsabilidade da Redação



# CAMINHADAS

**FEBASE**

## VISITA GUIADA AO CONVENTO DOS CAPUCHOS E CAMINHADA NA SERRA DE SINTRA

**DATA - 22 DE ABRIL**

LIMITADO A

**50 INSCRIÇÕES**

### PONTO DE ENCONTRO

9H30 - Estacionamento do Convento dos Capuchos

### PROGRAMA

10h00: visita guiada ao Convento dos Capuchos.  
12h30: Fim da visita guiada e almoço (fornel).  
13h45: Passeio pedestre dos Capuchos à  
barragem do Rio da Mula  
Extensão aproximada: 10 km; grau de dificuldade médio.  
17h00: Fim do programa.

### PREÇO

Sócios e familiares 10€  
Acompanhantes 15€  
Visita ao convento dos Capuchos  
(pagamento efetuado no dia, diretamente na bilheteira)

### ACONSELHAMOS

Calçado prático e já habituado ao pé, preferencialmente botas de marcha, meias macias e sem costuras, roupa leve e adequada à época e ao estado do tempo, chapéu ou um boné, um impermeável, pequena mochila com reforço alimentar e água.

### INCLUI

Seguro  
Passeio Pedestre guiado  
Visita guiada ao Convento dos Capuchos

### INSCRIÇÕES E PAGAMENTOS

Poderá também se inscrever enviando para o email [caminhadas@febase.pt](mailto:caminhadas@febase.pt) os seguintes elementos: Nome completo, N° sócio, Sindicato, Data de nascimento, contacto telefónico, nome e data de nascimento de todos os acompanhantes

### COMPROVATIVO DE PAGAMENTO

O pagamento deverá ser efetuado para o IBAN: PT50 0035 0517 00052143130 22 e enviado para o email [caminhadas@febase.pt](mailto:caminhadas@febase.pt)

### CONTACTOS

211 383 593 / 961 315 626

Inscrições e pagamentos até ao dia 19 de abril



[www.febase-caminhadas.blogspot.pt](http://www.febase-caminhadas.blogspot.pt)

**FEBASE**

**SBC**

**SBN**

**SSA**

**SISEP**

**STAS**





## Excelência no Excel

**O domínio da folha de cálculo é valioso em qualquer função ou local de trabalho e uma mais-valia para um currículo**

Texto | Diogo Tavares

Não seria sem fundamento se dissesse que são poucas as carreiras e ramos de negócio que não tenham como ferramenta principal a folha de cálculo, um software ubíquo no tratamento e cálculo de dados e números nos setores financeiros e contabilísticos. A folha de cálculo mais popular da nossa era é, sem dúvida, o aplicativo Excel da linha da Microsoft Office.

Foi em 1985 que a Microsoft introduziu o software Excel, uma folha de cálculo com um interface gráfico mais apelativo que as versões tipo-DOS que existiam na altura, para o uso no Macintosh da Apple. Com o lançamento do seu primeiro sistema operativo Windows em 1987, a Microsoft lançou a sua segunda versão do Excel como uma aplicação exclusiva de folha de cálculo.

Em 1993 tornou-se possível o cálculo automático graças à automação do programa (em parte graças aos avanços nas linguagens de programação que surgiram no final do segundo milénio). Em 2007 foram incluídas as maiores alterações de qualidade de vida ao aplicativo, com a adição de novas fórmulas complexa e um design que até hoje se mantém inalterado.

Mesmo com a vasta competição de mercado aos aplicativos do Microsoft Office, o Excel é o software que eleva a escala com que medimos as qualidades dos seus competidores.

### ÁBACO DOS TEMPOS MODERNOS

Em certas ocasiões, os termos Excel e folha de cálculo são completamente intercaláveis, com o segundo termo sempre fortemente associado ao primeiro.

Já há mais de trinta anos que esta ferramenta permanece em uso, como um ábaco dos tempos modernos, e a função do programa manteve-se sempre a mesma.

Mas o número de utilizadores que investem abertamente no seu manuseamento só marginalmente aumentou, como se a alternativa fosse a falta de competitividade e adoção de métodos menos eficazes, como o cálculo à mão.

Existe uma certa aversão ao Excel, com o mito omnipresente de que o programa é complicado, as fórmulas impossíveis de memorizar e o contexto das células e matrizes indecifrável.

### MELHORAR APTIDÕES

Já considerou melhorar as suas aptidões com o Excel? Mesmo com um leque vasto de experiência, é muito fácil inserir uma fórmula incorretamente, o que por sua vez vai produzir dados incorretos. Não seria a primeira vez que uma empresa sai prejudicada

por algo tão simples como uma fórmula incorreta numa folha de cálculo, seja em vencimentos, contabilidade ou gestão logística.

Só o facto de conseguir compreender os básicos para o uso do Excel, já não falando de mestria, é o que coloquialmente se chama softskill. Esta softskill em particular é infinitamente valiosa para qualquer função ou local de trabalho e uma mais-valia para qualquer currículo.

Em mãos capazes, um adepto de folhas de cálculo consegue criar autênticas obras de arte com células e fórmulas, com permutações de cores e pequenos programas a correr dentro da folha de cálculo a modificar as propriedades do programa.

Claro que há quem prefira as suas folhas de cálculo mais utilitárias, só com os mínimos visuais e as fórmulas necessárias para realizar uma função específica, e por vezes esta posição minimalista agiliza a redução do erro e de uma boa higiene de formatação.

Da minha parte, as folhas de cálculo são a segunda natureza para o meu trabalho. Facilmente passo horas a fio a trabalhar num único ficheiro, e poucos são os dias que não trabalho numa folha de cálculo.

E quando não estou ativamente a desenvolver novos modelos ou grelhas para as minhas funções, estou ativamente a acompanhar colegas nos detalhes finos nas folhas de cálculo que precisam de ser trabalhados.

O conselho que deixo é este: procurem sempre a excelência no Excel. ▀



UGT em Figueiró dos Vinhos

# Venha comemorar o 1.º Maio com o SBSI



**Em solidariedade com as vítimas dos incêndios, este ano a UGT celebra o Dia do Trabalhador em Figueiró dos Vinhos. O Sindicato organiza o transporte dos associados até ao local e oferece o almoço. Junte-se a nós!**

No ano em que se comemora o 44.º Dia do Trabalhador em liberdade, o SBSI convida todos os sócios e familiares a participarem na festa da UGT. O programa inclui animação musical, almoço e intervenções sindicais.

Na vila cujas cores inspiraram José Malhoa muito antes dos trágicos incêndios de 2017, a festa proporcionará agra-

dáveis momentos de convívio (a que não faltará o tradicional porco assado para repor forças) e de reflexão sindical.

Vamos defender as conquistas laborais e sociais alcançadas nestas quatro décadas e reivindicar mais crescimento, emprego digno, coesão e fortalecimento do interior.

Os trabalhadores em geral e os bancários em particular têm razões para exigirem um futuro melhor, com aumento dos salários e das pensões, participando neste dia que é de festa mas também de luta e protesto.

## INSCRIÇÕES

Para que seja possível calcular o número de presenças e organizar tudo em conformidade, nomeadamente o transporte e o almoço, os sócios do SBSI interessados em participar na festa do trabalhador da UGT devem inscrever-se e aos seus acompanhantes (sem limite) até às 17h00 do dia 24 de abril.

As inscrições devem ser feitas junto dos respetivos Secretariados Regionais. Se o número de pessoas o justificar, as Regionais terão o seu próprio autocarro para Figueiró dos Vinhos.

Os sócios das Secções de Empresa ou Reformados podem inscrever-se no respetivo Secretariado ou diretamente na sede do Sindicato:

- presencialmente,
- por telefone: 21 321 60 21/22/39,
- e-mail: administrativa@sbsi.pt

O ponto de encontro para a partida dos sócios e respetivos acompanhantes da zona de Lisboa será junto ao Centro Clínico de Lisboa (R. Fialho de Almeida, ao Bairro Azul), às 9h00, e o regresso está agendado para as 17h00.

**Juntos por um futuro com esperança!**

**Viva o 1.º de Maio**

King

## Caetano Moço ascende à liderança

A 5.<sup>a</sup> jornada trouxe um novo líder na classificação geral.

A segunda posição obtida pelo concorrente da Unicre foi suficiente para isolá-lo no primeiro lugar. Maurício Faria foi o mais forte nesta ronda

A fase de apuramento de Lisboa do 12.º Torneio Interbancário de King continua a evoluir, desta feita com a realização da 5.<sup>a</sup> jornada, no dia 17 de março.

Dezoito jogadores em prova originou que dois ficassem isentos em cada jogo realizado.

Maurício Faria (Banco BPI) foi o vencedor da jornada, alcançando 18 pontos, seguido de Caetano Moço (Unicre), com 17,5 pontos, e António Ramos (Millennium bcp), com 15,5 pontos.

José Alves Pinto (Millennium bcp), com 14,5 pontos, e António Moço (Banco BPI), com 13,5, foram quarto e quinto classificados, respetivamente.



### ISOLADO

Com estes resultados, Caetano Moço é o novo líder isolado da classificação, com um total de 68 pontos. António Ramos é agora segundo, com 63, enquanto Américo Pereira e António Marques,

ambos do Millennium bcp, partilham o terceiro posto, com 60,5 pontos. António Moço e José Alves Pinto, com 60 pontos, são os senhores que se seguem.

A 6.<sup>a</sup> jornada realizou-se no dia 7, pelo que daremos conta dos resultados em futuras publicações. ▶

## Provas desportivas em Portalegre



A Secção Regional de Portalegre acolheu várias provas, que ajudaram a manter um salutar espírito de convívio entre os associados do Sindicato

No dia 17 de fevereiro realizou-se uma prova de snooker. Fernando Sequeira (Banco BPI) foi o vencedor, seguido de José Cobra (Millennium bcp) e de Marco Oliveira (Novo Banco). Nelson Evaristo (CGD) foi quarto classificado.

No dia 24 do mesmo mês foi a vez do king, numa prova ganha por José Miguéns (Millennium bcp), com 28 pontos. João Castanho (CGD), com 25 pontos, foi segundo, enquanto Albertino Pereira e Carlos Laranjo, ambos do Millennium bcp, conseguiram 24 pontos.

Mais recentemente, no dia 10 de março, realizou-se a prova de xadrez, dominada por concorrentes do Millennium bcp. José Silva triunfou, José Miguéns e José Cobra foram terceiro e quarto classificados, respetivamente.

Em todos estes eventos, seguiu-se um almoço que reforçou os laços de amizade e confraternização entre colegas, alguns deles encontrando-se apenas nestas ocasiões. ▶





Os vencedores no campo...  
... e na festa

Futsal

## Açorianos na fase final

Num verdadeiro clássico inter-ilhas, a equipa Os Económicos derrotou a sua congénere madeirense Madeiras e garantiu o lugar na fase final regional do 42.º Torneio Interbancário

O Pavilhão Desportivo Francisco Ferreira Drummond, em Angra do Heroísmo, acolheu a final Açores/Madeira no dia 17 de março, que opôs as duas equipas apuradas nos respetivos arquipélagos, os Económicos, que "jogavam em casa", e os Madeiras.

Num jogo muito bem disputado, os açorianos entraram melhor na partida, chegando a uma vantagem de dois golos, mercê da finalização precisa de Gonçalo Valadão, aos 4, e de Gonçalo Garcia, dois minutos depois.

### EMOÇÃO

Determinados a não deixar a equipa açoriana tomar conta do jogo, os Madeiras partiram em busca do golo, objetivo conseguido aos 8', por intermédio de Hélder Batista.

Ainda antes do apito para intervalo, Gonçalo Garcia teve tempo para bisar na partida, à passagem do minuto 13. Assim,



os Económicos saíram para os balneários a vencer por 3-1.

### PASSAPORTE

Apesar das boas oportunidades para ambos os lados, a etapa complementar teve apenas um golo para cada lado. Tiago Fernandes, aos 11', fez o quarto golo para

os açorianos, dando uma vantagem confortável no marcador.

Os Madeiras ainda conseguiram reduzir, aos 16', por Paulo Gouveia, insuficiente, no entanto, para levar os madeirenses para a próxima fase.

Os Económicos garantiram assim o passaporte para as eliminatórias, que se disputarão no continente, em data a anunciar. ■

## Armando Pardal homenageado

A Comissão Organizadora homenageou Armando Pardal, pioneiro dos torneios de futsal e presente desde a primeira hora na sua organização.

Aos 92 anos, Armando Pardal continua com a mesma boa disposição e humor que são apanágio da sua personalidade.

Esta singela homenagem reflete a consideração que o SBSI tem para com os seus colaboradores, homenageando-os em vida e demonstrando a vitalidade do desporto ao serviço dos sócios. ■







## Venha connosco à Madeira!

**Embarque com o seu Sindicato numa fantástica viagem à Madeira, entre os dias 22 e 25 de maio. Não se atrase na inscrição, os lugares são limitados...**

Textos | Eduardo Alves

**N**a viagem à Madeira visitaremos o Funchal, Monte, Eira do Serrado, Câmara de Lobos, Camacha, Pico do Areeiro e Santana.

A Madeira, descoberta pelos navegadores portugueses Tristão Vaz Teixeira, Bartolomeu Perestrelo e João Gonçalves Zarco em 1419, que ao longo dos séculos XIX e XX floresceu para o nascimento do sector turístico, tornando-se rapidamente numa referência obrigatória para a aristocracia europeia que aqui fixou residência temporária, atraída pelas qualidades terapêuticas naturais da ilha, a exuberância da paisagem que encontra constitui uma das suas maiores atrações turísticas. A sua luxuriante vegeta-

ção, cuja floresta laurissilva foi reconhecida pela UNESCO, em 1999, como Património Mundial Natural da Humanidade, certamente fascinará quem a visita.

Com um clima ameno, em que a temperatura média anual é de 18,8°, e um programa especialmente desenhado para o SBC, estão reunidas as condições para uma viagem inesquecível a um destino de sonho. Mas não se atrase, os lugares são limitados!

Para inscrições e mais informações, contacte Isabel Rocha, pelo telefone 239 854 880 ou pelo e-mail [tempos.livres@sibace.pt](mailto:tempos.livres@sibace.pt)



participantes o mais relevante do Vale Escarpado do Douro, da fauna e da flora.

O passeio continuou com uma visita à Estação Biológica Internacional (E.B.I.), onde decorreu a prova de vinhos do Porto em que a chuva inviabilizou uma exibição didática de Aves de Rapina, diurnas e noturnas.

Seguimos para o próximo destino, Mirandela, brindados por uma neve ligeira que nos acompanhou durante a viagem!

### SEM ESQUECER OS ENCHIDOS

No segundo dia, que despertou solarengo, fomos conhecer Mirandela, conhecida por "Cidade Jardim", situada nas margens do rio Tua, com a sua Ponte Romana, a Igreja Matriz, o Jardim Municipal ou o famoso Palácio dos Távora, e provar os famosos enchidos tradicionais (alheira, salpicão, linguça, farinheira, morcela, etc...) numa fábrica de enchidos e alheiras.

Após o almoço, seguimos, para Vila Real, cidade enquadrada na bela paisagem das Escarpas do Corgo, tendo como fundo as serras do Alvão e do Marão, outrora conhecida como a "Corte de Trás os Montes" devido ao elevado número de casas brasonadas que possuía. Conhecemos a artesanal Olaria de Bisalhães, característica da região e reconhecida pela sua tonalidade negra, devido à sua matéria-prima e ao processo de cozedura sobre chamas e cinza.

Foi mais uma viagem, com o selo de qualidade do SBC, em que os participantes regressaram agradados e expectantes pelas próximas aventuras que os aguardam. ▶

## Pelo Douro Internacional...

**Os participantes tiveram oportunidade de conhecer uma das mais icónicas regiões de Trás-os-Montes**

**A** viagem até ao Douro Internacional teve lugar nos dias 30 e 31 de março. Visitando Miranda do Douro, com a sua tradição e história, descobriu-se o Largo D.

João III, a Concatedral (antiga Sé) e as ruínas do Paço Episcopal, locais onde é bem visível a Capa de Honra, ícone da identidade mirandesa e onde a cultura e as tradições imperam. A chuva não marcou presença, contrariamente ao frio, que veio desafiar a resistência dos participantes.

Mas visitar Miranda do Douro sem retemperar forças com a gastronomia local, da qual a Posta Mirandesa é a maior embaixadora e um dos seus ex-líbris, não seria a mesma coisa. Visitando a localidade histórica de Terra de Miranda, situada dentro do parque Natural do Douro Internacional e possuidora de uma paisagem natural inigualável, seguiu-se, já com a companhia de persistentes aguaceiros, um cruzeiro ambiental até à área temática do Vale da Águia, Pontão dos Contrabandistas, onde foi explicado aos

### AGENDA DESPORTIVA

**Dia 14** – XLII TNIFS – 2.ª Etapa de Apuramento Regional – Coimbra;

**Dia 28** – XXIII Campeonato Interbancário de Tiro aos Pratos – Etapa Regional – Condeixa.



# SBC aumenta subsídio materno-infantil

**Conselho de Gerência do SAMS Centro deliberou o aumento do subsídio materno-infantil para 60 euros mensais. O novo valor já está em vigor**



O subsídio materno-infantil foi criado com o intuito de contribuir para a promoção do melhor bem-estar para a mulher, a criança e a família, no período imediatamente subsequente ao parto. Para atingir este propósito, o SAMS Centro criou e regulamentou um conjunto de apoios para assistência materno-infantil que se iniciam durante o período de gestação e continuam durante o desenvolvimento da

criança, abrangendo diversa vacinação pediátrica não incluída no plano nacional de vacinação, entre outros, num processo de conceção da vida humana e seu desenvolvimento, que muito acarinha.

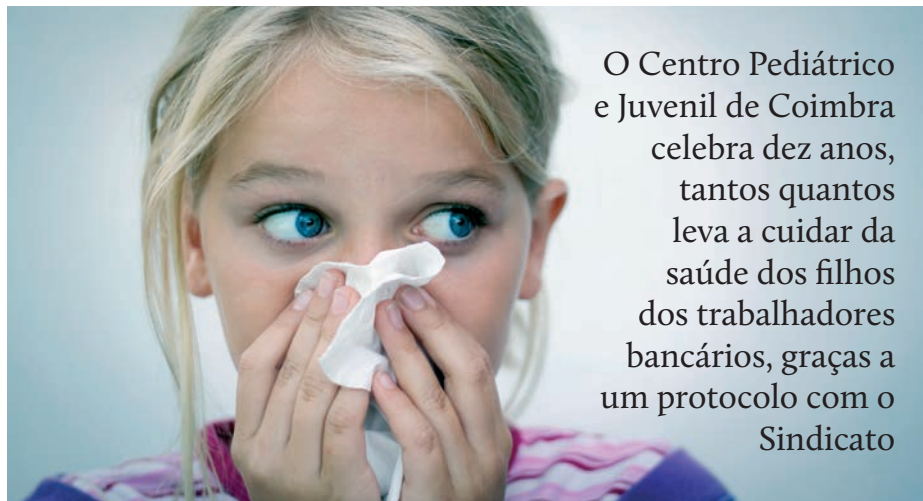
Noutra dimensão, o poder de compra dos trabalhadores bancários, a par da generalidade dos trabalhadores portugueses, viu-se reduzido, nos últimos anos, não só pela inexistência de aumentos sala-

ria, como pelo aumento generalizado do custo de vida, em particular dos bens de primeira necessidade.

Neste contexto, consciente desta realidade e inserido num conjunto de medidas que objetivam uma mitigação das dificuldades económicas sentidas pelos associados e suas famílias, o Conselho de Gerência do SAMS Centro deliberou o aumento do valor do subsídio materno-infantil para 60 € mensais, sendo este, agora, o mais elevado de entre os Sindicatos dos Bancários e superior a 10% do SMN.

É expectativa do Sindicato dos Bancários do Centro e do SAMS Centro que esta medida, já em vigor, possa contribuir para a melhoria da qualidade de vida e bem-estar de todos os associados que recentemente foram, ou venham a ser no futuro, progenitores. ▶

## Uma década a cuidar dos filhos dos bancários



**O Centro Pediátrico e Juvenil de Coimbra celebra dez anos, tantos quantos leva a cuidar da saúde dos filhos dos trabalhadores bancários, graças a um protocolo com o Sindicato**

O Centro Pediátrico e Juvenil de Coimbra surgiu há uma década com um modelo de assistência pediátrica contínua dos 0 aos 18 anos, para ajudar os pais a fazer de cada recém-nascido um futuro adulto saudável, visão que é partilhada pelo Sindicato dos Bancários do Centro.

Porque o SBC sempre teve presente a importância, para os trabalhadores bancários, da saúde dos seus filhos, estabeleceu, desde o início, uma sólida parceria com o Centro Pediátrico e Juvenil, que prevalece e proporciona a todos os beneficiários do SAMS Centro consultas de assistência pediátrica

em atendimento permanente, de segunda a sábado, das 9h00 às 22h00, com possibilidade de marcação no próprio dia.

Os beneficiários do SAMS Centro não terão de efetuar qualquer pagamento no Centro Pediátrico e Juvenil referente às consultas, ficando a seu cargo apenas um copagamento de 8 euros, posteriormente cobrado pelos serviços do Sindicato dos Bancários do Centro.

O Sindicato dos Bancários do Centro reafirma, assim, a sua vontade de estar próximo dos bancários e proporcionar o acesso aos melhores serviços de saúde. ▶



## Inscrições abertas para curso de iniciação ao Photoshop

Organizado em parceria com a reconhecida Academia Olhares, decorrerá nos dias 28 e 29 de abril um curso de iniciação ao Photoshop, o qual pretende dotar os participantes de competências ao nível do aprimoramento e tratamento de imagens.

O curso terá a duração de 15 horas e será ministrado no Clube do Bancário, na R. Lourenço Almeida Azevedo em Coimbra.

Para inscrições e mais informações, contacte Isabel Rocha, pelo telefone 239 854 880 ou pelo e-mail [tempos.livres@sibace.pt](mailto:tempos.livres@sibace.pt)

# Comissão Permanente aprova Relatório e Contas de 2017



A Comissão Permanente do Conselho Geral aprovou por unanimidade, no dia 27 de março, o Relatório e Contas da Direção referente ao exercício de 2017 e o Parecer do Conselho Fiscalizador de Contas.

## COMISSÃO DE JUVENTUDE PROMOVE VISITAS E WORKSHOP

A Comissão de Juventude vai promover no dia 14 de abril uma visita guiada, com a duração de uma hora, ao terminal de cruzeiros do porto de Leixões. A partida dos autocarros junto do Café Capitólio, à Câmara Municipal, é às 8h45.

De tarde, das 14h30 às 18h00, vai decorrer na Rua Cândido dos Reis, 100, 3.º, um workshop sobre “Motivação no trabalho: estratégias de desenvolvimento de impulsos motivacionais”.

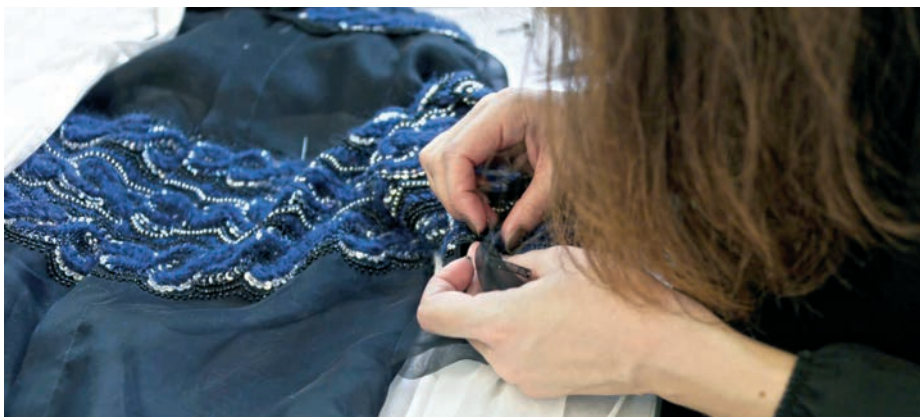
No dia 2 de junho, no âmbito das comemorações do Dia Mundial da Criança, será realizada uma deslocação a Coimbra, para visitar o Portugal dos Pequenitos e outros locais de interesse na cidade. No regresso, haverá uma paragem na Figueira da Foz, para visita local.

## REFORMADOS EM CRUZEIRO NO MEDITERRÂNEO

A Comissão Sindical de Reformados vai levar a efeito, de 17 a 23 de setembro, um cruzeiro do Cantábrico ao Mediterrâneo, passando por Cádiz, Ceuta e Barcelona. No regresso de autocarro, haverá uma visita a Saragoça.

Além de passeio e caminhada

## GRAM aposta em workshops



O Grupo de Ação de Mulheres vai promover, no dia 13 de abril, mais um percurso cultural – “Entre a Ramada Alta e o cemitério de Agramonte” –, que, orientado pelo historiador Joel Cleto, abordará, em plena noite de sexta-feira 13, algumas das mais tenebrosas e fantasmagóricas histórias da cidade do Porto.

A título experimental, continua a decorrer o ateliê de costura “Aguilha & Dedal – Aprender, fazendo”, na Rua Cândido dos Reis, 100, 3.º, cuja próxima edição é no dia 14 de abril.

No dia 28 será promovido, na mesma morada, a 3.ª edição do workshop de iniciação à cozinha vegan.

Um outro workshop realizar-se-á no dia 12 de maio, no mesmo local, sobre aprendizagem de mandala em algodão e lã.

Antes, no dia 5 de maio, numa iniciativa destinada a comemorar o Dia da Mãe, decorrerá a 55.ª caminhada cultural e interpretativa sob o tema genérico “Põe-te a andar, pela tua saúde...”, com início no largo da Junta de Freguesia de Tresminas, em Vila Pouca de Aguiar, orientada por dois guias credenciados e certificados. Constará de um percurso ambiental, geoambiental, cultural e arqueológico de nove quilómetros, por terreno mineiro em terra batida por caminhos florestais, com uma duração de três horas, num grau de dificuldade médio. ▶





## Desvarios do Novo Banco e nova condenação em tribunal

No despedimento coletivo de 2016, o desnorte do banco foi ao ponto de incluir trabalhadores cujo contrato já tinha caducado com passagem à situação de reforma

Texto | Gouveia Coelho

O que nasce torto tarde ou nunca se endireita, diz a sabedoria popular. É o que bem tem demonstrado o sinuoso percurso do Novo Banco (NB): nasceu e navega em equívocos, em decisões erradas e desastrosas para a economia portuguesa, para os contribuintes, para muitos clientes do ex-BES e para os seus trabalhadores, que é o aspeto que se pretende sublinhar neste apontamento, tardando demais a encontrar o trilho do sucesso, a criar e transmitir solidez, estabilidade e confiança.

O NB acabou de apresentar perdas de cerca de 1,4 mil milhões de euros (!) em 2017, o que compara com os 788,3 de 2016 e estabelece a impressionante série de 13 trimestres de resultados negativos nos 14 trimestres da sua curta vida, acumulando prejuízos de 3,5 mil milhões de euros entre agosto de 2014 e dezembro de 2017!

O NB, segundo as contas apresentadas, precisa agora de mais 792 milhões do Fundo de Resolução, o que implica que o Estado entre com mais 450 milhões, a somar aos 3.900 milhões de agosto de 2014! É sabido que isto pode não ficar por aqui, pois para “vender” o NB à Lone Star foi prestada uma garantia pública de 3,9 mil milhões de euros! – É caso para perguntar: os responsáveis por este desastre não pedem desculpas nem vão ser punidos?

### SINISTRA SITUAÇÃO\*

Esta sinistra e incompreensível situação estendeu-se a medidas destruidoras de enorme quantidade de postos de trabalho, causando prejuízos e sofrimentos em muitos trabalhadores e seus familiares, que inesperadamente viram frustrados os seus sonhos de vida e planos de estabilidade social e profissional.

A medida aventureira, experimentalista e irresponsável da Resolução do BES saiu bem pior que a encomenda! E para os respetivos trabalhadores foi drasticamente pior a emenda que o soneto!

Basta recordar alguns factos.

As avaliações de desempenho foram suspensas em 2015 e tendo sido retomadas, no início de 2017, o CEO António Ramalho ordenou às chefias uma redução radical nos respetivos resultados, por forma a que mais de 80% obtivesse classificação inferior a “bom”, ficando entre o “inaceitável” e o “regular”. O que, além de desmotivador, teve e terá implicações em promoções e progressões na carreira, relevando ainda para a sangria infundável de extinções dos contratos de trabalho.

### PURGA RADICAL

Na primavera de 2016, o NB desencadeou o maior despedimento coletivo no setor bancário de Portugal. O plano de reestrutu-

ração, anunciado como remédio salvífico e definitivo, definiu o objetivo de reduzir 1000 trabalhadores ao quadro de pessoal, desde 30 de novembro de 2015 até dezembro de 2016, mas em setembro de 2016 a redução já ia em 1066 trabalhadores.

Esta purga radical, que ultrapassou o diagnóstico inicial, foi assente em fundamentos contraditórios, em generalidades e algumas incongruências e falsidades, pelo que o despedimento coletivo foi impugnado e a ação corre (ao ritmo da tartaruga!) no Tribunal de Trabalho de Lisboa. Neste despedimento coletivo, o desnorte do NB foi ao ponto de incluir trabalhadores, cujo contrato já tinha caducado com passagem à situação de reforma!

De nada valeram as enérgicas oposições extrajudiciais. A teimosia e incompetência do NB, que já tinha custado noutro caso uma eloquente condenação na fase inicial do procedimento coletivo<sup>1</sup>, justificou agora nova condenação no Tribunal de Trabalho do Porto, que deu razão ao SBN, decretando que o NB; i) tem de reconhecer a situação de reforma da respetiva Associada desde 31.12.2004, cujo contrato de trabalho caducara com efeitos a partir de 31.12.2004; ii) tem de retomar o pagamento das suas pensões nos valores legais em vigor; iii) tem de pagar o valor das pensões em dívida; iv) tem de pagar a indemnização de 5.000€, por danos morais; v) tem de suportar as custas judiciais.

Mas o NB não aprende, reincide: i) em 2016, a ACT instaurou contra ele cinco processos de contraordenação, com coimas mínimas no total 150.000€; ii) em 2017, fechou mais 67 balcões; iii) o quadro de pessoal já foi reduzido para menos de 5.500 trabalhadores; iv) agora anunciou o fecho de mais 55 balcões e v) quer despedir mais cerca de 400 trabalhadores!

QUO VADIS, NB!?

Sem os trabalhadores ou contra os direitos destes não trilhará o caminho da cura! ▶

\*Subtítulos da responsabilidade da Redação

<sup>1</sup> “Caso Campilho”, suspensão ilegal e danos morais - Vd. Nortada de Julho-Agosto de 2016, pg. 6, e Revista Febase n.º 73, de maio 2017, pg 28.

Allianz dispensou Paulo Peters ao fim de 35 anos

## “O STAS deu-me apoio jurídico, conforto

As injustiças não acontecem só aos outros. Paulo Peters é um exemplo, entre os muitos trabalhadores forçados a uma rescisão “amigável” depois de uma vida dedicada à empresa. Passou por múltiplas áreas da atividade seguradora, chefiou equipas, liderou projetos... e de repente já não servia. O STAS apoiou o seu processo de desvinculação. Com o auxílio do Sindicato conseguiu uma solução financeira global melhor, reconhece

Textos | Elsa Andrade



**P – Começou cedo a trabalhar em seguros?**

R – Entrei com 20 anos para a Social-Companhia Portuguesa de Seguros, que depois da fusão com a Portugal Previdente fez parte do grupo de companhias que deram origem à Allianz. Trabalhei em todas as áreas de seguros, exceto informática.

**P – Sempre na mesma empresa.**

R – Sempre na mesma empresa.

**P – E saiu num lugar de topo...**

R – Era responsável global dos sinistros da Allianz, quer no ramo vida, quer não-vida.

**P – A que se deveu a sua saída da Allianz? Foi convidado a rescindir?**

R – A empresa decidiu que eu não estava dentro do caminho que pretendia e informou-me que estaria dispensado.

**P – Chocou-o a dispensa de uma empresa onde esteve toda a vida?**

R – Chocou. Trinta e cinco anos não são 35 dias, é uma vida. O mundo é diferente hoje, as pessoas em si não têm o mesmo valor. Quando comecei, a pessoa não era um número, e embora pareça um comum,

há uns tempos sinto que as pessoas são um número e acho isso errado. Todos dizem que as pessoas são o fator mais importante numa empresa, mas é preciso pô-lo em prática. Temos de viver com os avanços tecnológicos e encontrar soluções para que as pessoas se sintam bem no seu emprego, ou seja, sentirem-se produtivas, criativas, gerarem valor para a empresa... porque sem as pessoas garantidamente não há mercado, não há clientes, não há empresas. Quanto menor for o papel da pessoa, mais valor perdem as empresas, porque deixam de ter consumidores.

**P – Sentia algum desconforto no trabalho antes da dispensa?**

R – Não, sempre me dediquei ao trabalho de alma e coração. Devemos ser profissionais, o que significa fazer o nosso trabalho com a maior honestidade e darmos o nosso melhor à empresa. O know-how, o conhecimento, estão nos homens, não nas máquinas.

### ESTRATÉGIAS

**P – Quais foram os argumentos da empresa para lhe propor uma rescisão?**

R – A continuidade da política de empresa num determinado vetor e eu não estaria adequado ou dentro desse critério.

**P – Em sua opinião, isso deveu-se à sua idade, a ter um salário alto...**

R – Julgo que não, acho que foi mesmo uma questão estratégica: Conceitos diferentes, formas de ver diferentes...

**P – Sentia que não estava a acompanhar a estratégia da empresa?**

R – Não. Temos que adaptar-nos àquilo que manda em todos nós, que é o mercado, ou seja, o cliente. Temos de adaptar os nossos produtos, a nossa forma de trabalhar, a nossa mentalidade ao que os clientes pretendem, sem nunca esquecer a génese do que é o seguro. Esta é a minha visão, se a seguradora tem visões diferentes é com ela, não comigo.

**P – Foi convidado ou sentiu-se pressionado a rescindir?**

R – A própria empresa, dirigindo-se a mim, disse que o meu ciclo de vida na Allianz tinha terminado, portanto não há uma rescisão da minha parte.

**P – Mas teriam de negociar consigo para rescindir.**

R – À posteriori houve uma negociação.

**P – Quando lhe disseram que o seu ciclo tinha terminado demorou algum**



# psicológico e suporte na negociação”

**tempo até tomar a iniciativa de negociar a saída?**

R – Não, foi imediata. A empresa informou-me e houve de imediato um processo de negociação. Como disse, foi um choque. Os 35 anos que dei à Allianz fi-lo com muito orgulho e o máximo profissionalismo, e o grande prémio que recebi foi, sem qualquer tipo de imodéstia, a admiração daqueles que eram os meus colaboradores.

## APOIO INCONDICIONAL

**P – Chegou a pensar em resistir à saída ou achou que não tinha condições para ficar?**

R – Demorei algum tempo a refletir, com o apoio da área jurídica do Sindicato. Considerámos, também com outros apoios jurídicos, que o melhor seria fechar uma janela, abrir-se-ia uma porta.

**P – Que apoio recebeu do STAS?**

R – O apoio do Sindicato foi fundamental. Não digo que foi uma surpresa porque estava à espera disso, mas foi além do que estava à espera. O interlocutor no Sindicato, a Dr.ª Carla Mirra, deu-me todo o apoio em termos jurídicos, em termos de estratégia, de decisão. Os trabalhadores precisam ser protegidos, defendidos, apoiados, auxiliados se algo não tão positivo acontecer, como foi o meu caso. E isso verificou-se. Uma palavra de agradecimento especial ao STAS e em particular à área jurídica, na pessoa da Dr.ª Carla Mirra.

**P – Foi a primeira vez que precisou do Sindicato individualmente?**

R – Individualmente foi a primeira vez. A minha carreira foi longa e enriquecedora, não houve necessidade de Sindicato porque não houve conflito.

**P – O que ganhou ao ter o apoio do Sindicato neste processo?**

R – Ganhei apoio jurídico, conhecimento, ganhei conforto psicológico e suporte numa negociação que foi longa e cansativa, foram cerca de quatro meses.

**P – Considera que teve uma melhor indemnização por ter o apoio do STAS?**

R – Considero que encontrei, com o apoio do departamento jurídico, uma

solução financeira global melhor do que teria se a negociação fosse individual.

## ACONTECE A TODOS

**P – Continua a ser sócio do STAS?**

R – Continuo e pretendo manter-me como sócio, acho que é importante. Esta é a mensagem que deixo a todos os trabalhadores de seguros: não façam como as pessoas que fazem seguros porque é obrigatório ou porque já tiveram um sinistro. Todos devemos pensar que os riscos existem e há necessidade de apoio – e o STAS indiscutivelmente deu-me apoio, como dará obviamente a todos. As coisas não acontecem só aos outros, acontecem a todos.

**P – Ser sindicalizado vale a pena?**

R – Ser sindicalizado não é um custo mensal, tem uma retribuição. Esse 1% que hoje parece muito, amanhã pode ser muito pouco, quando for necessário o apoio do Sindicato.

**P – Mas o sindicato também é importante na negociação coletiva...**

R – Claro, não é só a questão pessoal, é também o que negocea nos contratos coletivos, em termos de direitos. É essencial que haja alguém que, quer de um lado quer de outro, balize as situações numa economia de mercado liberalizada. O objetivo da empresa é dar lucro aos seus acionistas, mas tem a missão de gerar emprego, a missão social para a sociedade (não só palavras, mas atos).

É importante que o Sindicato tenha mais gente para ter mais força, no sentido de haver uma relação de equilíbrio entre todas as entidades que trabalham em seguros.

**P – O Sindicato ficará mais forte se se concretizar o projeto de um sindicato único?**

R – É uma pergunta pertinente para uma resposta difícil.

A atividade seguradora tem particularidades, tal como a banca. Acho que provavelmente um sindicato comum, mas com forças repartidas e sem a hegemonia do A perante o B, é algo que faz sentido pensar-se. ■

## REFORMA AINDA NÃO



Paulo Peters tem 55 anos, 35 dos quais como trabalhador da Allianz, os mesmo que leva como sócio do STAS.

Neto e filho de trabalhadores dos seguros, considera-se parte de uma linhagem de profissionais que foi interrompida “com muita pena. Espero que tenha sido interrompida e não cancelada de vez”, diz.

Como profissional do setor teve uma carreira bem preenchida: “Comecei no resseguro e estive em todas as áreas, exceto informática: organização, área técnica, produção, comercial, financeira, cobranças, marketing e acabei nos sinistros”, recorda.

Desempenhou funções de chefia/liderança, foi diretor, e nos últimos seis anos era responsável global de sinistros da empresa.

“Fui responsável pela criação do call center da Allianz, o que muito me orgulhou porque nesse ano a empresa ganhou o prémio do melhor call center de empresas especializadas, pela sua qualidade – qualidade que veio do empenho das pessoas, da valorização do ser humano.”

Ao longo dos 35 anos foi responsável “por centenas de pessoas”, por uns amado, por outros odiado. “Mas acho que a maioria me amava.”

E o futuro? “Reformar-me-ei no dia em que a minha cabeça não traga mais-valia ao que eu faço.”

## Turismo STAS 2018

### Lourdes

1 a 6 de outubro de 2018

**6 Dias | Pensão Completa**

- 1.º Dia – Lisboa | Salamanca (470 km)
- 2.º Dia – Salamanca | Valladolid | San Sebastian (450 km)
- 3.º Dia – San Sebastian | Lourdes (200 km)
- 4.º Dia – Lourdes | Zaragoza (250 km)
- 5.º Dia – Zaragoza | Madrid (330 km)
- 6.º Dia – Madrid | Lisboa (630 km)

■ Preço por pessoa, base quarto duplo, de acordo com o número de participantes **740,00 € (\*)**

■ Suplemento para estada em quarto individual - **190,00 €**

(\*) O pagamento pode ser feito em prestações mensais, devendo estar liquidado na totalidade até à data da viagem.

#### Os preços incluem:

- Viagem em luxuoso autopullman, durante todo do percurso;
- Estadia conforme programa, base quarto duplo no regime indicado, em hotéis categoria 3\*/4\*;

- Refeições de acordo com programa, com menus de grupo pré-determinados de acordo com a gastronomia local, com pratos fixos e bebidas incluídas;
- Seguro Viagens com inclusão de cancelamento e interrupção de viagem;

- Todas as visitas indicadas no programa e entradas;
- Condições gerais de acordo com nossa programação Europa;
- Assistência durante toda a viagem de delegado FLASH.

**Excluído:** Todos os serviços não indicados, extras de carácter pessoal na viagem, hotéis e restaurantes.



### Escapada Itália Monumental

9 a 14 de junho de 2018

**6 Dias | Pensão Completa**



**INSCRIÇÕES FECHADAS**

■ Preço por pessoa, base quarto duplo, de acordo com o número de participantes **1.170,00 € (\*) (para um mínimo de 25 participantes)**

■ Suplemento para estada em quarto individual - 170,00 €

■ Taxas de aeroporto incluídas, passíveis de alteração até à emissão final dos voos.

(\*) O pagamento pode ser feito em prestações mensais, devendo estar liquidado na totalidade até à data da viagem. **Os preços podem ainda reduzir se o número de participantes for maior**

1.º Dia – Lisboa | Veneza | Ferrara | Florença  
2.º Dia – Florença | Pisa | Pádua | Veneza  
3.º Dia – Veneza | Lago di Garda | Milão  
4.º Dia – Milão | Lisboa

Programas completos disponíveis em [www.stas.pt](http://www.stas.pt)  
Para mais informações contactar [stas@stas.pt](mailto:stas@stas.pt) – Telef. 211 383 593





Humanismo • Dignidade • Responsabilidade • Solidariedade • Profissionalismo • Apoio • Confiança

CONDIÇÕES ESPECIAIS SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO SUL E ILHAS PARA SÓCIOS E FAMILIARES

# A **segurança** que precisa, no momento em que mais precisa

Num momento tão delicado como é a organização e celebração de um funeral, é importante ter ao nosso lado alguém capaz de garantir que as nossas escolhas serão cumpridas sem surpresas, com profissionalismo, dedicação e respeito. A **Servilusa** conta com uma equipa de profissionais que resolvem tudo o que é necessário, ajudando e acompanhando em todos os momentos, assegurando rigor, transparência e total compromisso com os serviços escolhidos.

24 horas por dia durante todo o ano, a Servilusa dá-lhe a confiança que precisa, no momento em que mais precisa.

Mais de **60.000** famílias **confiam** na Servilusa

NÚMERO NACIONAL GRÁTIS

**800 204 222**

**www.servilusa.pt**



**Servilusa**  
Agências funerárias

Consigo nos momentos difíceis



Unidos na defesa dos **trabalhadores** do setor financeiro